



REGULAMENTO INTERNO FÉRIAS DIVERTIDAS

Natureza, Fins e Objetivos

Introdução

A Casa do Povo do Gradil, com sede na Rua das Forças Armadas nº20, Gradil concelho de Mafra, é uma pessoa colectiva de utilidade pública, de base associativa, constituída por tempo indeterminado, com o objectivo de promover o desenvolvimento e bem-estar da comunidade local.

As Férias Divertidas têm um objetivo cultural, desportivo e recreativo, e permanecerão em atividade por tempo indeterminado, nas instalações da Casa do Povo do Gradil.

Artigo 1º

1.O presente regulamento tem por finalidade definir as normas e critérios internos de forma a traduzir a vida da instituição.

2.O regulamento é específico das Férias Divertidas.

Artigo 2º

As férias divertidas destinam-se a crianças que frequentam o 1º ciclo.

As Férias divertidas apenas são efetuadas se existir um mínimo de 10 crianças inscritas, por cada período e com máximo de 16.

Por cada 6 crianças haverá um monitor.

Artigo 3º

As Férias Divertidas têm a finalidade de proporcionar actividades culturais, desportivas e recreativas para que as crianças ocupem o tempo livre de uma forma lúdica.

Constituem objetivos das Férias Divertidas:

- a) Proporcionar umas férias divertidas;
- b) Permitir a cada criança, através da participação na vida em grupo, a

oportunidade da sua inserção na sociedade;

- c) Constituir um espaço de experimentação, onde se privilegiem actividades que vão ao encontro dos interesses e necessidades das crianças, de modo a inseri-las num meio onde possam assistir a fenómenos da natureza e da vida, de acordo com as condições sócio-económicas do meio envolvente;
- d) Criar um ambiente propício ao desenvolvimento das competências pessoais e sociais de cada criança, para que seja capaz de se situar e expressar num clima de compreensão, respeito, aceitação e afirmação da personalidade de cada um;
- e) Promover as condições necessárias para o desenvolvimento das actividades que garantam o bem-estar, a segurança e os afetos.

Inscrição e Pagamento

Artigo 4º

1. Constituem condições de inscrição da criança:

- a) Inscrição e frequência na Sala de estudo e cujo Encarregado de Educação sejam sócios com as cotas em dia;
- b) Ter irmão(s) que frequenta(m) os serviços da Casa do Povo
- c) Crianças cujo Encarregado de Educação é socio.
- d) Inscrição e frequência na Sala de estudo.

2. Poderão ser inscritas no estabelecimento crianças com deficiência desde que, em função do grau da deficiência, a instituição reúna condições para lhe prestar o devido apoio. Deve o encarregado de educação entregar no estabelecimento um relatório

redigido pelo médico, considerando as necessidades da criança.



Serviços prestados

Artigo 5º

1. A inscrição deverá ser efetuada até quinze dias antes dos períodos de férias de Natal, Carnaval, Páscoa e Verão, de acordo com o calendário escolar e mediante o preenchimento da ficha, na secretaria da Casa do Povo do Gradil.

2. As crianças que não frequentam nenhuma atividade deverão apresentar os seguintes documentos:

Da criança:

- a) Fotocópia da Cédula pessoal, do bilhete de identidade ou Cartão de Cidadão;
- b) Cartão de utente do Serviço Nacional de Saúde ou de beneficiário do subsistema em que a criança estiver integrada.
- c) Cartão de identificação fiscal.

Do agregado familiar:

- a) Fotocópia do bilhete de identidade ou Cartão de Cidadão;

Artigo 6º

1. O pagamento é feito no início de cada período de férias, na Secretaria da Casa do Povo do Gradil ou por transferência bancária (IBAN PT50 0035 0426 0001 0753 0304 7) enviando, sempre, o comprovativo da transferência para o e-mail geral@pgradil.pt, sendo passado o respectivo recibo.

2. Na primeira inscrição será efetuado o pagamento do seguro.

Artigo 7º

Os atrasos no pagamento implicam:

- a) No 1º pagamento em atraso, uma taxa de 20% sobre o valor a liquidar;
- b) A falta de pagamento de dois períodos, a anulação da inscrição.

Artigo 8º

As atividades incluem os seguintes serviços:

1. Alimentação (almoço/lanche);
2. Atividades lúdicas;
3. Sempre que esteja programada uma **atividade no exterior**, as crianças só participarão com a autorização, pontual, escrita dos encarregados de educação.
4. Sempre que as atividades no exterior, impliquem custos adicionais os mesmos não estão considerados na inscrição, devendo ser pagos no momento da autorização.

Horário

Artigo 9º

1. O horário de funcionamento é das 7h:30m às 19h:30m durante a semana, no período de férias:

- Natal;
- Carnaval;
- Páscoa;
- Verão.

2. As Férias Divertidas não funcionam:

- Feriados Nacionais
- Feriado Municipal (5ª Feira da Espiga);
- Terça-feira de Carnaval;
- Última semana de agosto, por necessidade de fecho da instituição (limpeza e desinfeção das instalações).
- Sempre que ocorram tolerâncias de ponto, sendo disso avisados previamente os Encarregados de Educação.

Artigo 10º

1. A permanência da criança no estabelecimento para além das 19h:30m acresce um o valor por cada 15 minutos.

2. O não cumprimento reiterado do horário de saída das crianças, implica para além do pagamento da multa, a anulação da inscrição.



Aspetos Gerais

Artigo 11º

Em caso de **acidente** ocorrido na instituição ou em atividades da responsabilidade da instituição, esta tomará imediatamente as providências que a situação requerer e dará logo que possível conhecimento aos Encarregados de Educação.

Direitos e Deveres

Artigo 12º

Instituição

Direitos

- a) A Casa do Povo do Gradil é a principal interlocutora com os encarregados de educação dos participantes, reservando o direito de aceitar ou recusar inscrições;
- b) A Casa do Povo do Gradil poderá cancelar as férias divertidas sempre que não estejam reunidas as condições necessárias para a sua realização;
- c) Os programas de atividades poderão ser alterados por motivos de força maior, nomeadamente devido às condições climatéricas, segurança e bem estar dos participantes;
- d) Sempre que o comportamento dos participantes, coordenador, monitor e outro pessoal técnico, afete o normal funcionamento das férias divertidas, poderá a Casa do Povo do Gradil decidir a sua exclusão.

Deveres

- a) Cumprir com a legislação em vigor;
- b) Possuir e facultar o livro de reclamações;
- c) Assegurar o bom funcionamento das férias divertidas;
- d) Contratar um seguro de acidentes pessoais para cada participante;
- e) Facultar a todo o pessoal das férias divertidas, nomeadamente ao coordenador e respetiva equipa de monitores, as condições e informações necessárias para o bom desempenho das suas funções;
- f) Facultar aos encarregados de educação dos participantes o presente regulamento interno e as informações complementares

relacionadas com o funcionamento e processo de inscrição das férias divertidas.

Coordenador

Direitos

- a) Executar o programa de atividades de acordo com as boas práticas pedagógicas e de segurança;
- b) Solicitar o apoio da Direção nas situações anómalas que ocorram nas férias divertidas;
- c) Ser informado das queixas formuladas no âmbito da sua função como coordenador;
- d) Participar na elaboração do programa de atividades, de acordo com os objetivos pedagógicos e lúdicos da Casa do Povo do Gradil;
- e) Exercer a sua função em harmonia com presente regulamento interno, assim como a legislação em vigor;
- f) Solicitar toda a informação relevante para o bom desempenho das suas funções;
- g) Ter acesso à informação dos participantes inscritos nas férias divertidas, nomeadamente quanto às necessidades de alimentação específicas ou cuidados de saúde a ter em consideração.

Deveres

- a) Cumprir com as diretrizes da Direção e seu regulamento interno;
- b) Coordenar a equipa pedagógica, executar o programa de atividades e cumprir com os horários previstos no mesmo;
- c) Ser correto nas relações com a equipa pedagógica, outro pessoal técnico, participantes e seus encarregados de educação;
- d) Promover correta integração dos participantes nas férias divertidas;
- e) Comunicar à Direção todas as situações anómalas que venham a acontecer no decorrer das atividades, nomeadamente aquela que envolvam os participante, seus encarregados de educação e equipa pedagógica;
- f) Não permitir a saída dos participantes das férias divertidas, sem estarem devidamente acompanhados pelos monitores e apenas



nas situações em que os mesmos estejam a desenvolver atividades.

Monitores/outra Pessoa Técnico

Direitos

- a) Executar o programa de atividades de acordo com as boas práticas pedagógicas e de segurança;
- b) Solicitar o apoio do coordenador nas situações anómalas que ocorram nas férias divertidas;
- c) Ser informado das queixas formuladas no âmbito da sua função como monitor/outra pessoa técnico;
- d) Exercer a sua função em harmonia com o presente regulamento interno, assim como a legislação em vigor;
- e) Solicitar toda a informação relevante para o bom desempenho das suas funções;
- f) Ter acesso à informação dos participantes inscritos nas férias divertidas, nomeadamente quanto às necessidades de alimentação específicas ou cuidados de saúde a ter em consideração.

Deveres

- a) Cumprir com as diretrizes do coordenador e regulamento interno;
- b) Executar o programa de atividades e cumprir com os horários previstos dos mesmos;
- c) Ser correto nas relações com a equipa pedagógica, outra pessoa técnico, participantes e seus encarregados de educação;
- d) Promover a correta integração dos participantes nas férias divertidas;
- e) Comunicar ao coordenador todas as situações anómalas que venham a acontecer no decorrer das atividades, nomeadamente aquela que envolvam os participante, seus encarregados de educação e equipa pedagógica;
- f) Não permitir a saída dos participantes das férias divertidas.

Participantes

Direitos

- a) Participar em todas as atividades de acordo com o programa de atividades;

- b) Apresentar sugestões e queixas aos monitores e coordenador;
- c) Ter um correto enquadramento pedagógico e ser apoiado nos problemas que possa vir a ter nas férias divertidas;
- d) Usufruir das férias divertidas em boas condições de higiene e segurança;

Deveres

- a) Cumprir com as diretrizes do coordenador, monitor e regulamento interno;
- b) Ser correto nas relações com a equipa pedagógica e restantes participantes;
- c) Utilizar os materiais, equipamentos e instalações de uma forma correta, cumprindo com as instruções da equipa pedagógica;
- d) Cumprir com os horários e participar nas atividades previstas no programa de atividades.

Disposições Finais

Artigo 12º

Toda a matéria não incluída no presente regulamento, será analisada pela Direção da Casa do Povo do Gradil, através de normas e ordens internas.

Qualquer situação omissa neste regulamento, será da resolução pela Direção da Casa do Povo do Gradil de acordo com a legislação em vigor.

Este regulamento foi aprovado em reunião de Direção no dia 11 de Abril de 2016.

A Direção

Gradil, 11 de Abril de 2016